

EXCELENTÍSSIMA SRA. PRESIDENTE Eralda Etra Maria Lessa, da CPLO/SUPEL/RO do governo do estado do Rondônia.

TOMADA DE PEÇOS 009/2022/CPLO/SUPEL/RO
Processo Administrativo 0036.102415/2020-61/SESAU/RO

OBJETO: Reforma e Adequação do Prédio do Centro de Referência em Prevenção e Atenção a Dependência Química (CREPAD) para atender o Complexo Regulatório do Estado de Rondônia (GERREG), no município de Porto Velho-RO.

FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) n.º 08.304.243/0001-25, já qualificada no processo licitatório em destaque, vem à presença de Vossa Senhoria, por seu representante legal, com fundamento no art. 109, I, alínea "a" da Lei 8.669/93, interpor

CONTRARRAZÕES

Ao recurso administrativo interposto pela empresa **CK ENGENHARIA E COMERCIO LTDA** em face do pleito de **REJEIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS MAIS VANTAJOSA** para administração pública, apresentada pela Contrarrazoante no certame, conforme as razões a seguir consignadas.

I – DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO, DO EFEITO SUSPENSIVO E DO CABIMENTO.

Considerando que o art. 109, I, da Lei n. 8.666/93 dispõe sobre a interposição de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Considerando que a **COMISSÃO** exarou a comunicação do recurso administrativo, favorável a intenção de recurso no dia **09/12/2022**, em que o prazo fatal começa a contar do primeiro dia útil subsequente (**12/12/2022**), o prazo fatal finda no dia **16/12/2022**.

Com efeito, a Recorrente observa o prazo legal preceituado, sendo tempestivo a presente **contrarrazão recursal**. No tocante ao efeito suspensivo o art. 109, §2º, da Lei 9.784/99 recepciona a possibilidade de o recurso em apelo adquirir efeito suspensivo para sobrestar o ato administrativo. De igual modo, o art. 109, §2º, da Lei 8.666/93, preconiza o mesmo entendimento.

Ademais, se o caráter suspensivo do recurso não for convalidado pela administração, estaremos esvaziando o sentido constitucional do art. 5º, inciso LV, da CF/88, pois tornará o recurso em questão imprestável, extirpando o comando segundo o qual os litigantes em processo judicial ou administrativos têm prerrogativas asseguradas de ampla defesa e contraditório.

Portanto, é manifesto o cabimento da presente demanda, posto que, além de apresentar-se tempestiva e de acordo com os ditames constitucionais e legais, se trata de um direito público subjetivo, liberto de quaisquer condicionantes, usado com a finalidade de que a autoridade administrativa competente possa tomar conhecimento dos fatos, coibindo, assim, a prática de atos ilegais ou irregulares cometidos pela Administração Pública, tais quais os ensejadores da demanda em pauta.

Assim, os prosseguimentos dos atos administrativos da licitação devem ser sobrestados até que a decisão final em segunda instância seja proferida.

II – DOS FATOS SUBJACENTES

Após análise das propostas de preços a r. Comissão de Licitação ouve por bem **CLASSIFICAR** esta contrarrazoante em 1º(primeiro) lugar, por ofertar a proposta mais vantajosa para administração pública, vejamos o recorte da **AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**.

DA DECISÃO DA COMISSÃO:“... **CLASSIFICAR** as empresas conforme quadro abaixo descrito:

EMPRESA	VALOR R\$	CLASSIFICAÇÃO
FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	1.056.449,25	1º
CK ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	1.084.283.92	2º
TERRA FORTE EIRELI	1.140.162,83	3º

A Recorrente **CK ENGENHARIA E COMERCIO LTDA** expressa que em decisão que entendeu por **CLASSIFICAR** a Contrarrazoante em 1º(primeiro) lugar, com a proposta mais vantajosa para administração pública, esta deve ser reformada em sua totalidade, posto que esta incorreu em visível afronta as regras do edital e violação aos Princípios do Instrumento Convocatório. Como podemos observar:

- O responsável técnico da empresa, não observou o que diz o edital em seu item 17.1.2/f, e também a lei nº 5.194 de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

Ocorre que a recorrente se vale de uma **NARRATIVA** que não se sustenta, vejamos o que diz a peça editalícia:

f) As planilhas de preços e cronograma de execução do objeto desta licitação, constantes da proposta comercial, deverão ser rubricadas/assinadas por representante legalmente credenciado com registro atualizado no conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);

O texto é claro, “**AS PLANILHAS DE PREÇOS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO..., DEVERÃO SER RUBRICADAS/ASSINADAS**”, o que se pode facilmente comprovar em análise documental, **FRACASSANDO ASSIM A TENTATIVA DE IMPOR A ESTA DOUTA COMISSÃO UM ERRO QUE SOMENTE EXISTE NA PEÇA RECURSAL.**

Seguindo a recorrente insiste em tentar fundamentar seu recurso, apoiado em **NARRATIVAS** sem fundamento, quando afirma:

Outra situação que chama atenção é que o profissional que têm o acervo técnico (Abrahaão Henrique Ribeiro), não assinou qualquer documentação da proposta de preço, e sim o engenheiro Silvio Rogério Da Silva Jr., fazendo que sua proposta desobedeça o item 16.4/b e c,

Ora, a recorrente insiste em afirmações que beiram a **MÁ-FÉ**, quando ignora os documentos acostados ao processo que comprovam que AMBOS os profissionais tem contrato de prestação de serviços com a Contrarrazoante, o que os habilitam a assinar as propostas, conforme documentos acostados Páginas 24 e 25/77 e Páginas 44 a 48/77, **FRACASSANDO ASSIM MAIS UMA VEZ O ARGUMENTO AVENTADO PELA RECORRENTE.**

Afirma ainda a Recorrente que em nossa proposta desfiguramos os coeficientes visando assim trazer prejuízo para administração pública, vejamos:

Vejamos que o coeficiente do carpinteiro de formas da empresa FOCUS é 0,6143836horas, enquanto o coeficiente da contratante é 0,6127Horas, nesta mesma composição em questão, o pintor também está com coeficiente superior, lembrando que isso poderá trazer prejuízo para administração quando se tem coeficiente superior ao que está em planilha.

As composições que usamos como referência para obter preço de referência são valores históricos obtidos pelas instituições, a exemplo do **Sinapi**. Ora, se a empresa treina melhor seus operários, paga melhores salários, enfim, tem profissionais com melhor desempenho, é muito razoável que os coeficientes das composições sejam diferentes, tanto na quantidade de homens-hora propriamente dito, quanto no desperdício de material. E pode-se observar no caso citado em tela, que ao **CONTRÁRIO DO AFIRMADO PELA RECORRENTE**, nossa composição restou **MUITO MAIS VANTAJOSA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, com isso mais uma vez **FRACASSANDO A RECORRENTE NA TENTATIVA VÃ DE DESCLASSIFICAR A PROPOSTA VENCEDORA DO CERTAME**.

Importa trazer que o recurso interposto é de fato um **VERDADEIRO SOFISMO**, ao qual visa **OBSTRUIR O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** com claro intuito de **FAZER VALER SUA VONTADE ANTE OS FATOS INCONTESTÁVEIS DOS AUTOS**.

A petição traz manobras argumentativas para que a **NARRATIVA DO RECORRENTE**, mesmo sem trazer aos autos evidências de provas que **MACULASSE** a proposta da **CONTRARAZOANTE**. Ocorre que tal possibilidade revela-se **INCABÍVEL** perante a evidenciada robustez documental **DOS AUTOS** e provadas nestas contrarrazões.

III – DO PEDIDO

Por tudo exposto requer:

SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que **CLASSIFICOU** a empresa licitante **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** em 1º(primeiro) lugar, uma vez que resta demonstrado que a empresa atendeu integralmente as exigências do edital e realizando a **MANUTENÇÃO DO RESULTADO DO JUGAMENTO DAS PROPOSTAS**, como consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Outrossim, amparada nas contrarrazões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação mantenha sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Porto Velho - RO, 14 de dezembro de 2022.

FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Marcos Vinicius Peniche

CPF/MF: 443.730.822-00

Sócio administrador / Representante legal